

História a ser ensinada: algumas reflexões em torno da história local

Selma de Araujo Torres Omuro¹
Orlando José de Almeida Filho²

Olhando para a produção de histórias locais, percebemos que esses textos não são produzidos somente por historiadores de ofícios, mas por diversos historiadores que atuam em outras áreas, que se interessam pelo assunto dos lugares onde vivem ou conhecem. Resgatam memórias por meio dos monumentos, histórias de seus moradores, e pelos próprios acontecimentos locais. Para Bittencourt

A história local [...] tem sido elaborada por historiadores de diferentes tipos. Políticos ou intelectuais de diversas proveniências têm-se dedicado a escrever histórias locais com objetivos distintos e tais autores geralmente são criadores de memórias mais do que efetivamente de história. A memória é, sem dúvida, aspecto relevante na configuração de uma história local tanto para historiadores como para o ensino. (Bittencourt, 2004, p 168).

A autora leva-nos a refletir sobre a importância da história local na perspectiva de diversos estudiosos ou atores sociais que buscam produzir uma história com os mais diversos interesses. Esses autores criam e recriam memórias indicando os potenciais históricos da vida e das historicidades de municípios, vilas, bairros, monumentos, instituições, sentimentos e recordações das pessoas que ali vivenciaram diversas experiências ao longo de suas vidas.

Embora ao longo do tempo, o ensino da História tenha sido influenciando preponderantemente pelos interesses de escolhas políticas, a produção historiográfica local tem contribuído, talvez por múltiplas concepções, alterando uma visão única do pensamento histórico. O fato de diversos historiadores, que atuam em campos, muito diferentes produzirem estudos diversos há uma contribuição para uma visão múltipla favorecendo, dessa forma, escolhas e seleção.

Se ampliarmos nossa reflexão e olharmos para o ensino da história em níveis institucionais, perceberemos que ao longo da República brasileira, a preocupação da construção da identidade nacional do país e a consolidação da idéia de Estado-Nação, poucas mudanças ocorreram. As escolhas de uma história de exaltação do “herói nacional” e das realizações políticas gloriosas fizeram parte do ensino da História com objetivos claramente políticos sem uma concepção mais crítica desses estudos. Normalmente, as concepções da história coadunavam-se com os interesses daqueles que exerciam o poder político em nível nacional e, em menor alcance, também em níveis locais. As elites detinham o controle dessas situações de uma forma impositiva e com grande controle do que deveria ser publicado e ensinado.

Dado a multiplicação de trabalhos e com as mudanças de paradigmas sociais, sobretudo com a universalização do ensino básico, algumas coisas têm sofrido alterações. A própria produção historiográfica realizada por diversas mãos contribui muito para essas mudanças. A história local se multiplica desde a apresentação de

¹ Mestre em História da Educação pela PUC-SP, supervisora de ensino da rede estadual de ensino de São Paulo, professora e Coordenadora do Curso de História das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira, em Registro - SP

² Doutor em História da educação pela PUC-SP e professor do curso de História das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira em Registro - SP.

narrativas mais acadêmicas até a menos acadêmica demonstram a importância desses estudos e a necessidade desses trabalhos adentrarem pelas escolas, resgatando e disseminando as histórias locais, sua memória e sua gente. Esse é um campo a ser explorado pelos professores e alunos.

Esses estudos são importantes para o ensino e precisam ser explorados em sala de aula. Em uma sociedade globalizada onde no “lugar das sociedades nacionais, a sociedade global” se impõe e as explicações ideológicas não são suficientes, pois “dizem algo, mas não dizem tudo”³, faz-se necessário voltar-se para as culturas locais para que não se percam em meio a massificação dos poderes globais. A importância de se resgatar a memória local por meio de seus lugares de memória: museus escritos, monumentos, festas, comemorações, tradições, religião etc tornam-se fundamentais. Pelo resgate da memória se constrói a identidade humana pelos sentimentos, cultura, obras, artes e trabalho daqueles que fizeram parte das diversas histórias locais. Na grande *aldeia global*, como afirmara Marshall McLuhan, onde o poder das grandes nações que detém a maior parte da riqueza e das tecnologias mais avançadas se sobrepõem, torna-se fundamental pensar o local para que a construção da memória, da identidade e da cultura possa ser um fundamento de construção da cidadania pela valorização das muitas riquezas que se encontram na vida de muitos municípios e regiões.

Lugares de memória e a escola

Os saberes históricos construídos na história ensinada nas primeiras escolas do Brasil Colônia utilizavam textos históricos com visões bíblicas inseridas no contexto da catequese. Ler e escrever objetivavam compreender a história da salvação com interesses meramente caquéticos. Esses saberes eram incontestáveis, permanecendo a verdade histórica pretendida pelo catolicismo. Essa concepção de história perpetuou no decorrer de quase todo Império. Em 1837, o Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, introduziu o ensino de História no currículo e o foco da História passa a ser a civilização ocidental. Estudos sobre a História do Brasil eram constituídos em um apêndice no final dos manuais (essa era uma das características de diversos manuais da época que perduraram até o início do século XX). A disciplina História já era fazia parte diversos currículos da federação. A História tinha como objetivo inculcar valores da pátria, moral e civismo. Calcada nos fatos, essa história procurava enaltecer as escolhas políticas voltadas para a identidade nacional. Para Bittencourt

O ensino de História associava-se a lições de leitura, para que se aprendesse a ler utilizando tema que incitasse imaginação dos meninos e fortificassem o senso moral por meio de deveres para com a Pátria e seus governantes. Assim, desde o início da organização do sistema escolar, a proposta do ensino de História voltava-se para uma formação moral e cívica, condição que se acentuou no decorrer do século XIX e XX. Os conteúdos passaram a ser elaborados para construir uma idéia de nação associada à de pátria, integradas com eixos indissolúveis. (Bittencourt, 2004, p 61).

³ Ver IANNI, Octavio. A sociedade global.

Nesse panorama aprender história era memorizar nomes e fatos por meio de leitura em livros didáticos, semelhante ao catecismo que utilizava como método de ensino perguntas e respostas. Isso não mudou muito com a proclamação da República. As respostas eram consideradas verdades históricas que não cabiam questionamentos. Muitas vezes somente o professor possuía o livro e por isso mesmo a transmissão oral era a única forma de conhecer a história. A fala do professor tornava-se, portanto, a verdade absoluta dos saberes ensinados.

Nas últimas quatro décadas, sobretudo a partir dos anos 1980, com a redemocratização do Brasil, abre-se uma ampla discussão sobre qual história ensinar? A partir daí, algumas mudanças vieram ao encontro daqueles que pretendiam construir uma história crítica fundada em uma metodologia de que não há verdade histórica absoluta. Propostas e projetos foram e são desenvolvidos na busca do ensino construído historicamente onde todos os homens, mulheres, crianças e jovens estejam nela incluídos. Por isso, a entrada de novas tendências historiográficas contribuiu para discussão, bem como *novos problemas, novos objetos e novas abordagens* de Jacques Le Goff e Pierre Nora foram importantes para o debate sobre novas propostas historiográficas e saberes a serem ensinados. É nesse contexto que a discussão sobre a história local tem uma importância singular. Conhecer o lugar onde se vive e se constrói a história é uma das formas de construir a escola cidadã.

História local e identidade: lugares de conhecimento histórico no local onde o educando vive

Museus, memorial, arquivos, praças, bairros, bibliotecas, monumentos, placas comemorativas, documentos são lugares de conhecimento histórico. É a partir desses lugares que o professor pode desenvolver projetos de trabalhos educativos. São lugares e fontes de saberes históricos. Para além dos muros da escola há uma rua, um bairro, uma cidade, uma região a ser explorada com ricas fontes de conhecimento histórico. O estudo de campo possibilita ao aluno estabelecer relações amplas de conhecimento histórico. A partir da história local é possível desenvolver as habilidades e competências de conhecimentos mais amplos como o país e as situações históricas que construíram o que denominamos chamar de nações.

Fotografias, desenhos, entrevistas, comparações entre fotos passadas e presentes possibilitam a construção de textos e leituras onde o próprio educando vai construindo o conhecimento e apropriando-se da memória que é “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletivo, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. (Le Goff, p. 1990)

Aonde buscar nossa identidade? Em que livros, arquivos, museus e monumentos estão registrados nossas identidades e nossas memórias?

A Nova História ampliou as fontes, abriu espaço para os documentos materiais, para os fragmentos, para o que não foi escrito nos textos oficiais em linguagem culta, para as lembranças não rigorosamente cronológicas, para os depoimentos das pessoas comuns. Algumas possibilidades foram abertas, mas a escola ainda parece presa aos livros didáticos, às aulas expositivas, aos questionários, aos métodos convencionais de ensino que se transformam em imposição de histórias oficiais, nem sempre significativas para os alunos.

Mudam-se os currículos, mas não se abandonam as velhas fontes e os velhos métodos. Mesmo a “história dos vencidos” chega sem um vínculo direto com a vida

cotidiana dos alunos. Na diversificação cultural de uma população multirracial sujeita às múltiplas influências da mídia global, como e onde encontrar nossa identidade?

Assim, entra em campo a história local. Uma história que deve ser escrita a partir das novas fontes: a identificação das edificações mais antigas, do traçado das ruas, da memória dos mais antigos, das paisagens naturais, das mudanças quase imperceptíveis do cotidiano urbano que só podem ser observadas pelos olhares mais atentos e/ou orientados.

Muitas vezes o professor de história acredita que só é possível fazer um estudo de campo em uma “cidade histórica”. Sonha com uma excursão a Minas Gerais, a Porto Seguro ou, de forma mais modesta, pelo menos uma visita ao Museu do Ipiranga. Esquece que toda cidade é histórica e que todos os cidadãos são agentes de uma história aparentemente imóvel, mas viva em detalhes normalmente não observados: casas com antigas janelas de venezianas de madeira, prédios comerciais com platibandas decoradas, algumas indicando as datas de construção, sobrados com sacadas graciosas, ruas tortas que indicam os antigos caminhos espontaneamente criados pela população quando a cidade era uma localidade que crescia sem planejamento, os nomes das praças e ruas que homenageiam as personalidades do município.

Há ainda cidades que contam com pequenos museus locais, muitas vezes locais pouco valorizados pela comunidade, pois costumam ser organizados de forma amadora, sem critérios muito claros para exposição do acervo. Tornam-se, muitas vezes, depósitos de “coisas velhas”, cujo significado chama atenção apenas pelo seu exotismo e não pelo que pode nos contar sobre a origem da cidade e de seus cidadãos.

Uma experiência do resgate da memória histórica local

Em Registro, alunos e professores do curso de História das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira estão desenvolvendo em parceria com a Associação Cultural Nipo-Brasileira de Registro (Bunkyo) e, indiretamente, com a Secretaria de Estado da Educação⁴, um projeto de exploração do Memorial da Imigração Japonesa do Vale do Ribeira e seu entorno.

O Memorial de Imigração Japonesa do Vale do Ribeira localiza-se no Centro de Educação e Cultura KKKK, um edifício tombado pelo Condephaat (órgão de preservação patrimonial do Estado de São Paulo desde 1987). Trata-se de um engenho de arroz construído em 1920 para beneficiamento da produção dos imigrantes japoneses que vieram colonizar o Vale do Ribeira, a partir de 1913, com o apoio de uma empresa japonesa conhecida como Kaigai Kogyo Kabushiki e Kaisha (KKKK). A empresa foi desativada em 1937 e o espaço permaneceu desativado e precariamente conservado até sua recente restauração, no ano de 2002, por meio de uma ação conjunta entre a Secretaria de Estado da Educação e Prefeitura Municipal de Registro.

O memorial tem um acervo composto por variada documentação (alguns documentos escritos, objetos de cultura material, fotos e pinturas) que ilustram o processo de imigração japonesa na região, bem como a integração cultural entre a colônia japonesa e a população local. A instituição conta também com uma coleção de

⁴ A Secretaria de Estado da Educação de São Paulo desenvolve, desde 2008, o Projeto Lugares de Aprender que promove a visita de alunos da rede estadual de ensino a diferentes instituições culturais do Estado. Na região de Registro, a instituição contemplada pelo projeto é Memorial da Imigração Japonesa do Vale do Ribeira, mantido pelo Bunkyo e pelo Departamento de Cultura de Registro. Alunos do Curso de História da FIVR atuam na monitoria dos alunos das escolas estaduais de região na visita do memorial e de seu entorno.

obras de arte de artistas japoneses ou descendentes radicados no Brasil. O Memorial tem ainda o privilégio de estar localizado em um espaço privilegiado, às margens do Rio Ribeira de Iguape e é ladeado por um parque que conta com alguns marcos e monumentos que registram a presença nipônica na região.

A visita ao Memorial foi organizada em dois momentos: a exploração da parte externa – o parque Beira-Rio e seus monumentos, e a parte interna – o acervo do museu propriamente dito.

Na parte externa se propõe a exploração dos monumentos da Colônia Japonesa e resgatam não somente a história da imigração japonesa e de sua cultura⁵, mas também a história da cidade de Registro e um de seus antigos símbolos: a árvore Guaracuí, uma árvore muito alta que era o ponto de referência da cidade para os viajantes que vinham de barco pelas águas do rio Ribeira. Essa árvore que não mais existe foi recriada pela artista plástica Tomie Ohtake por meio de uma escultura executada em aço com colaboração da Usiminas e da Cosipa. No percurso externo, a história regional é abordada aproveitando a presença do Rio Ribeira, principal via de comunicação da região até os anos 1940. A observação do rio permite ainda a abordagem de questões ambientais como a destruição da mata ciliar e o assoreamento da via fluvial.

Na parte interna, explora-se o acervo histórico do Memorial tendo como foco a história da imigração e o processo de integração cultural entre os imigrantes japoneses e a população local. Antes de entrar na sala onde está exposto o acervo histórico os monitores realizam, em um dos recintos do Memorial, uma dinâmica na qual manipulam objetos típicos da cultura japonesa. O objetivo é discutir sobre as diferenças culturais a partir de objetos de cultura material. Os alunos manipulam hashis e tchawans - utensílios utilizados pelos japoneses para se alimentarem – enquanto os monitores propõem uma reflexão sobre os diferentes hábitos alimentares dos japoneses. O objetivo da dinâmica é mostrar que os costumes culinários diferenciados são soluções originais de cada grupo cultural diante de uma necessidade básica de toda humanidade. Estas soluções originais são fruto de um contexto ambiental diferenciado e da criatividade dos seres humanos. A partir dessa vivência, os alunos visitantes são preparados para conhecer, de modo menos etnocêntrico, os elementos da cultura material nipônica.

Essa experiência ocorreu no 1º semestre de 2009, mas é fruto do Projeto “Educação nos Museus” que se iniciou em 2007, com uma série de estudos sobre a utilização dos museus no ensino de história, bem como visitas e treinamentos realizados pelos alunos do curso de História em Museus de São Paulo e Paraná⁶. O projeto terá continuidade neste ano com uma proposta de estudo mais sistemático do acervo do Memorial da Imigração Japonesa do Vale do Ribeira e de outros Museus Regionais⁷, para os quais se pretende também elaborar roteiros de monitoria.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Adriana Mortara e VASCONCELLOS, Camilo de Melo. *Porque visitar museus* In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 104-116.

⁵ Há monumentos que remetem aos elementos religiosos do Xintoísmo e do Budismo.

⁶ Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP), Museu Paulista (mais conhecido como Museu do Ipiranga), Museu Oscar Niemeyer e Museu Paranaense.

⁷ Museu Histórico e Arqueológico de Iguape, Museu da família Laragnoit, em Miracatu, Museu de Cananéia.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar: 1810-1970*. Autentica: Belo Horizonte, MG, 2004. p. 60-61 e 164-168.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. Civilização Brasileira: São Paulo, 1992. p. 10-30.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques e NORA (Org.). Pierre. *História: novos objetos*. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1988.

LE GOFF, Jacques e NORA (Org.). Pierre. *História: novos problemas*. Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1988.

MACLUAN, Marchall. *O meio e a mensagem*. Record: Rio de Janeiro, 1969.

ORIÁ, Ricardo. *Memória e ensino de história* In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 128- 146.